

# PRECONCEITO E SILENCIAMENTO RACIAL EM *NEGROS EM CONTOS*, DE LUÍS SILVA

Lizandro Carlos Calegari<sup>27</sup>

Vanderléia de Andrade Haiski<sup>28</sup>

## RESUMO:

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o preconceito, o racismo e o silenciamento infligidos aos negros em *Negros em contos* (1996), de Luís Silva. O artigo apresenta detalhes sobre a estrutura social brasileira de base autoritária bem como a disseminação de ideologias racistas, o que justificaria o silenciamento imposto aos negros. Os textos analisados são: *Boneca e Ah, esses jovens de terno e gravata!*. A premissa básica é de que os contos estudados contribuem para uma análise da realidade social brasileira em que os negros são destacados por seus traços ou condutas negativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo. Preconceito. Exclusão. Silenciamento. Negros.

## RACIAL PREJUDICE AND WHISPER IN BLACK IN TALES, BY LUIS SILVA

## ABSTRACT:

This paper undertakes an approach to prejudice, racism, and silencing as conveyed in Luís Silva's *Negros em contos* (1996). The article sheds light on a Brazilian social structure characterized by its authoritarian foundation, as well as the perpetuation of racist ideologies in the country, what could explain the silencing imposed on blacks. The short stories analyzed are: *Boneca*, and *Ah, esses jovens brancos de terno e gravata*. The basic premise is that the stories being studied contribute to an analysis of Brazilian social reality where blacks are distinguished by their negative qualities or behaviors.

**KEYWORDS:** Racism. Prejudice. Exclusion. Silencing. Blacks

<sup>27</sup> Professor na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

<sup>28</sup> Assessora de Relações Internacionais na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)

É consenso entre diversos historiadores, sociólogos e críticos o fato de o Brasil ser caracterizado por uma democracia limitada e por uma cidadania restrita. José Antonio Segatto (1999) observa que, no país, independentemente das formas e composições que assumiu em seus diferentes momentos, há um traço comum que o define, qual seja, o de a classe dominante se impor autoritariamente sobre a sociedade civil. Ainda segundo o autor, o rompimento do estatuto colonial em 1822 não implicou alterações socioeconômicas significativas, já que a estrutura econômica baseada na grande propriedade fundiária, no trabalho escravo e na produção de gêneros agrícolas tropicais para o mercado externo manteve-se praticamente intocada.

Paulo Sérgio Pinheiro (1991) desenvolve argumento similar. O pesquisador nota que, na passagem de um período para outro da história, permanecem “entulhos” de um momento anterior que corroboram a política autoritária do país. Assim, por exemplo, o rompimento do pacto colonial em 1822 não tornou, na prática, o Brasil independente economicamente, e a República em 1889 foi implantada pela intervenção do Exército e uma simples parada militar. Nesse sentido, o autor explica que – desde a Independência ao golpe ditatorial de 1964, passando pela Proclamação da República, Abolição da Escravatura e Revolução de 1930 – o processo histórico foi marcado por ausência de mudanças bruscas e radicais nas formas de dominação política de modo que não houvesse transformações revolucionárias que atingissem o conjunto da sociedade nacional.

Há vários pontos de contato entre os apontamentos de um e de outro autor, mas chama a atenção o fato de ambos concordarem com a noção de não-ruptura entre um momento e outro quando o assunto diz respeito à questão de poder e coerção, em particular dentro da sociedade escravista brasileira. Tanto Segatto quanto Pinheiro citam a abolição como elemento de estruturação social. No que tange à situação dos negros, esse último afirma que, no país, não é preciso institucionalizar um sistema de *apartheid* legal, pois, além da discriminação social e econômica, “as ‘pequenas autoridades’ e o sistema do ‘sabe quem está falando’ sempre desempenharam um papel de contenção dos negros na sociedade civil”. Afora isso, complementa: “as crianças negras crescem dentro das balizas desses microdespotismos e da interiorização dos limites impostos pela sociedade dos brancos” (PINHEIRO, 1991, p. 56).

Apesar da enorme presença e contribuição dos negros em diversos âmbitos da

economia, da política, da literatura e da cultura brasileira, eles, na maioria das vezes, foram avaliados sob uma ótica racista. No início do século XX, circularam em solo nacional inúmeros pensamentos preconceituosos e autoritários oriundos de intelectuais como Miguel Reale, Gustavo Barroso e Oliveira Vianna. Este último (1956), a rigor, formulou a ideia de que o aperfeiçoamento social seria possível graças a um processo de branqueamento. Com menos negros, o Brasil seria mais forte. Com tabelas e estudos investigativos amparados na concepção de ciência de seu tempo, o autor procurou demonstrar que a mestiçagem deveria caminhar no sentido de diminuição do coeficiente de negritude do país, para que a nação fosse politicamente fortalecida.

Em meio a este contexto em que circulavam ideias de intelectuais conservadores, vem a público o pensamento de Gilberto Freyre. Em seu livro **Casa grande e senzala**, de 1930, o autor tem um posicionamento contrário ao de Vianna. Se, para este, a presença de negros é um fator de fragilidade, para aquele, a cultura brasileira é enriquecida pela integração de elementos portugueses e africanos. Em sua tese, está o princípio de uma integração da contribuição cultural dos negros como necessidade interna da constituição da sociedade brasileira. Dito de outro modo: em vez de excluir o elemento negro rumo à purificação ariana, propõe admitir e valorizar a sua contribuição.

Mais recentemente, alguns estudos de Alfredo Bosi (2002) retomam certas teses que circularam no início do século XX sobre o negro. Em seu ensaio *Poesia versus racismo*, o crítico se detém basicamente nos argumentos de Nina Rodrigues e Sílvio Romero. O primeiro, segundo Bosi, estudou os africanos no Brasil transformando-os em objeto de ciência. Para ele, a inferioridade é um fenômeno natural, “produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções”. Romero, por sua vez, citado por Homero Pires em seu volume, define o negro nos seguintes termos: ele “não é uma máquina econômica: [...] é, antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência”. Tanto para um quanto para outro, “o negro brasileiro ascendera ao *status* de tema da ciência”, no entanto esses parâmetros teriam contribuído para a exclusão fundamentada do negro e não para sua integração social.

Os argumentos de Rodrigues e Romero defendem a noção de que existiriam raças e estas portariam características biológicas substanciais e bem definidas que jogariam os indivíduos em grupos que passariam a pertencer a diferentes graus de hierarquia, o que

teria contribuído para justificar discriminação, exploração e atrocidades. Atualmente, porém, os avanços da genética molecular e o sequenciamento do genoma humano permitiram um exame detalhado da correlação entre a variação genômica humana, a ancestralidade biogeográfica e a aparência das pessoas, e mostram que os rótulos usados para distinguir “raças” não têm significado biológico. Estudos concluem: “raças humanas não existem do ponto de vista genético ou biológico” (PENA; BIRCHAL, 2005, p. 15); o conceito está carregado de uma ideologia de discriminação e inferiorização.

A situação do negro no Brasil contemporâneo é assunto cada vez mais presente em debates universitários que se ligam frequentemente a movimentos sociais organizados. No campo das Letras, pesquisadores de Literatura Comparada e Estudos Culturais têm avançado nas reflexões. Um dos pontos de interesse é a ausência de uma literatura de autoria negra ou sobre negros no cânone. Roberto Reis (1992, p. 73) observa que, no cânone brasileiro, há “quase nenhum não-branco e muito provavelmente escassos membros dos segmentos menos favorecidos da pirâmide social”. Essa exclusão, segundo o autor, é justamente para evitar a circulação de ideias que expressem seus valores com o objetivo de fazer com que obras dotadas de capacidade crítica não sejam lidas por um público mais amplo.

Apesar de prevalecer esse tipo de censura, alguns trabalhos têm se destacado no âmbito dos estudos literários. Pesquisadores estrangeiros como David Brookshaw, Gregory Rabassa e Raymond Sayers dedicaram suas atenções à questão do negro na literatura brasileira. No Brasil, há pesquisas e ensaios de Eduardo de Assis Duarte, Elisa Larkin, Paulo Leminski, Regis de Moraes, Roger Batiste, Thales de Azevedo e Zilá Bernd, dentre outros. Essa última (1987) cita como importante o papel do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia e do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Faculdade Cândido Mendes para este ramo de investigação. Este quadro não se restringe a esses nomes. Por exemplo, no início do século XX, em 1915, mais ou menos, já surgia uma imprensa voltada para a questão do negro no Brasil.

Não se pretende, neste trabalho, apresentar uma lista exaustiva de nomes de escritores que se dedicaram à causa negra (os livros de Brookshaw [1983] e de Bernd (1987, 1988, 1992), dentre outros, o fazem muito bem); antes, busca-se demonstrar como um desses autores, Luís Silva, conhecido como Cuti, contribui para a “redescoberta” e afirmação do “eu-negro” em alguns de seus contos extraídos do livro *Negros em contos*,

de 1996. Cuti foi um dos fundadores e membros do Quilombohoje-Literatura de 1983 a 1994, e um dos criadores e mantenedores da série *Cadernos negros* de 1978 a 1993. Publicou várias obras (**Batuque de tocais** (1982), poemas; **Suspensão** (1983), teatro; **A pelada peluda no Largo da Bola** (1988), novela juvenil; ...**E disse o velho militante José Correia Leite** (1992), memórias, este em coautoria como o próprio José Correia Leite) e tem textos em diversas antologias.

**Negros em contos** é constituído por vinte e sete textos. Neste artigo, somente dois deles são analisados: *Boneca* e *Ah, esses jovens brancos de terno e gravata!*. O primeiro conto do livro intitula-se *Boneca*. Numa manhã de dezembro, alguns dias antes das comemorações natalinas, um pai, 33 anos, percorre toda uma cidade à procura de uma boneca para a sua filha. O problema não fora o produto em si, mas as características do presente: ele queria uma boneca negra. O homem, apesar de enfrentar as “ironias finas” de certos balconistas, não desiste de seu objetivo e, por fim, encontra o brinquedo, mas, para tanto, novamente, depara-se com situações constrangedoras:

*O senhor já foi atendido?*

*Não. Por gentileza, eu estou procurando uma boneca...*

*Temos várias. Olha aqui a Barby, a Xuxinha... E a loirinha foi apanhando diversas bonecas. Colocava-as sobre o balcão, como se escolhesse para si. Olha que gracinha esta aqui de olhos azuis! É novidade. Chegou ontem e já vendeu quase tudo. Chora, tem chupeta, faz pipi... E essa outra aqui? Não é uma graça? E levou ao colo a ruivinha de tom amarelado, bem clarinha (SILVA, 1996, p. 11-12).*

Nessa passagem, observa-se a interferência de valores do branco no mundo do negro. Desde crianças, os indivíduos são forçados a introjetar uma cultura em detrimento de outra, considerada inferior. A superioridade europeia passa a ser uma norma de aceitação inconsciente. “Barby” e “Xuxinha” são, além de brinquedos reservados a uma elite econômica privilegiada, determinantes de gosto: elas são belas porque são brancas e de olhos azuis, ou seja, satisfazem o padrão ariano de gosto. O fato de muitas delas já terem sido comercializadas assinala a preponderância de um modelo (eurocêntrico) sobre outro. Além disso, o gesto da balconista (que induz a compra de um produto) em acariciar a boneca ruiva aponta para um comportamento típico generalizante: a maior

aproximação e consideração para com quem tem pele clara.

A expectativa da moça é quebrada quando o cliente solicita uma boneca preta: “É que estou procurando uma boneca negra...” (SILVA, 1996,p. 12). No conto, estabelece-se uma tensão entre o comprador e a vendedora que não encontra a mercadoria, embora saiba que ela existe na loja. Para localizar o presente, a balconista causa transtorno entre os colegas: “descuidando-se nos degraus, despencou-se. Todos se apavoraram”. A demora em ser atendido (a espera foi de meia hora) demonstra a falta de respeito para com o pai. Não só isso, a confusão no armazém chama atenção não apenas para o fato de o branco não saber lidar com o negro, como também para a ideia de o negro ser motivador de desordem. Não obstante o reconhecimento do precário atendimento pelo caixeiro, o cliente passa por um novo vexame:

O senhor desculpe a demora e o transtorno. Mas, não foi nada. O importante é que encontramos o produto. Está em falta sabe... Eles não entregam. Eu mesmo encomendei na semana passada. Mas o representante disse que a firma está exportando para a África. Está certo, mas aqui também tem freguês que procura, não é? O senhor é brasileiro? (SILVA, 1996, p. 12).

Possivelmente, para o balconista, a desordem causada pela atendente não tenha significado muito, mas, para o pai que procurava a boneca preta para a filha, a circunstância foi muito marcante e, por isso mesmo, o brinquedo não se reduz a um “simples produto”. Essa ideia se reforça se se atentar para os argumentos do vendedor: a firma não entrega a mercadoria porque esta está sendo enviada à África, e isso acontece porque há poucos interessados aqui. A noção que perpassa é a de que o que não serve para um povo é enviado a países pobres e discriminados. Essa proposição se reforça porquanto o comprador é confundido com um africano.

O conto encerra com a frustração do pai que, pensativo e em passos lentos, se dirige a uma lanchonete: “*Vai uma loira gelada aí, chefe?*” Pronunciou o balconista ao vê-lo sentar-se junto ao balcão. Sorriu, confirmando com um gesto de polegar” (SILVA, 1996,p. 12-13). Tomar cerveja, ou melhor, “uma loira gelada” (e esta é popularmente conhecida por ser de origem alemã), significa engolir, isto é, aceitar valores dominantes, preconceituosos e autoritários. Com base nessas ocorrências, não dá para negar que

não exista discriminação no tecido social. Qualquer forma de desarranjo de um tipo de conduta por um elemento estranho, no caso, o negro, deixa transparecer marcas de uma herança opressora e excludente, o que contribui para o silenciamento do negro.

Em *Boneca*, não obstante a tensão entre dois polos (o branco e o negro), o pai acaba apaziguando um possível conflito que poderia ter atingido proporções concretas. Isso aconteceu não tanto pelo fato de a discriminação ter ocorrido de forma velada, mas principalmente pelo negro ter naturalizado a sua suposta condição de inferioridade dentro de uma sociedade regida por brancos. Diferentemente do que ocorre neste conto, em *Ah, esses jovens brancos de terno e gravata!*, o racismo aparece de forma explícita. O conto é em primeira pessoa e, portanto, expõe o sentimento do sujeito-vítima da violência sem mediações. Assim inicia o texto:

Foi ontem meio-dia, tá entendendo? Eu ia indo na minha caminhada, ali na Rua da Independência. Quando eu vi que os guarda tavam me seguindo, parei pra ter certeza que tinha saído com os documento, num sabe? Meti a mão no bolso e tirei. Tava tudinho ali: profissional, RG, CIC, o cacete!... Eles ficaram sem jeito. Passaram por mim. Num disseram nada. Sim, era dois. Isso! Tavam fardado e de cacete, e revólver na cintura (SILVA, 1996, p. 101).

O preconceito se reflete na situação de vigilância a que o personagem foi submetido. Provavelmente, o negro não foi vítima de uma represália maior pelo fato de estar carregando consigo os documentos. A carteira de trabalho talvez seja um dos papéis mais importantes, já que atesta que o indivíduo tem um emprego, algo que o livra da situação de marginalizado, ladrão ou mesmo criminoso. A ironia surge no contraste entre a circunstância que o protagonista tem de enfrentar e o espaço físico que ocupa: a Rua da Independência. Apesar do uso do vocábulo “independência”, o sujeito está numa situação humilhante, dependente do bom desempenho do seu comportamento. Quem o observa, é a polícia, que sugere a prática repressiva dos aparelhos ideológicos de Estado. Assim, para combater o crime (o negro é primeiramente julgado como um criminoso), aprofundam-se e enrijecem-se os rituais meticulosos do poder (a polícia fardada com cacete e revólver). Como observa Pinheiro (1991, p. 56), “o mito da democracia racial continua soberano, servindo como excelente dissimulação para uma vasta gama de

microdespotismo exercidos contra os negros”.

O personagem está caminhando e lembra de pagar uma conta no Banco Suor do Povo, que se localiza justamente naquela mesma rua (aqui, nova ironia!). Chegando ao posto, se depara com uma imensa fila, onde, a sua frente, está “um casalzinho conversando”. O narrador os descreve como um executivo de terno e gravata, e uma moça mais pobre, vestindo calça de brim e camiseta. Impaciente, o branco reclama: “*O Brasil não vai pra frente por causa desses preto e desses baiano. Essa gente é que é o nosso atraso. O governo devia acabar com tudo eles...*” (SILVA, 1996, p. 101). Desta afirmação, alguns apontamentos merecem ser feitos.

O primeiro deles se refere à política de branqueamento ou extermínio sistemático como forma de solucionar os males brasileiros. Essa tese, conforme se verificou, foi defendida por Oliveira Vianna. O segundo ponto diz respeito aos motivos que levaram o jovem branco a fazer tal constatação. Pela leitura do conto, não há uma razão convincente. A fila estava demorada e, nela, havia negros e baianos. Foi isso que fez o rapaz dizer aquilo. Esta, porém, não é uma causa determinante, porque ele – homem, branco, executivo, supostamente “culto” – também estava na mesma fila. Disso se conclui que o preconceito é a manifestação de um sentimento naturalizado. Como complementa João Baptista Borges Pereira (2005, p. 177) “ele é acima de tudo uma crença, e, como tal, profundamente enraizado nos domínios das emoções humanas”

A reação do protagonista foi de indignação: “Isso é coisa que se diga? E eu sou preto e sou baiano! Tenho vinte anos de São Paulo, mas sou baiano, oxente!”, mas ele fica irritado quando escuta o seguinte: “*Se eu fosse o governo, fazia com esses preto e esses baiano o que Hitler fez com judeu*” (SILVA, 1996, p. 102). O extermínio e a violência arbitrária são exercidos em sujeitos que constituem o outro da razão, aqueles que são indiferentes à legitimidade do Estado. O assassinato em massa dos judeus em campos de concentração ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial. O gesto de frieza que levou Hitler a cometer esse ato bárbaro transparece naqueles indivíduos que se revestem com a capa de poder ostentada pelo Estado. O jovem executivo alegoriza as instituições macropolíticas, mas a sua atitude na fila do banco sinaliza também as microdimensões do poder, “as microcenas onde ocorrem as interações concretas entre as pessoas na sociedade” (PINHEIRO, 1991, p. 45). Isso significa que o macropoder dialoga com o micropoder, formando uma teia de violência que descaracteriza a democracia.

O conto termina com a revolta do protagonista, mas também com sua repressão:

Aí meu sangue freveu! Bati no ombro do cabra. Quando ele virou, eu escarrei na cara dele!!!...

Mas, Seu delegado, eu lhe juro, não fiz mais nada. Tenho inté testemunha. O cabra morreu mesmo foi do coração (SILVA, 1996, p. 102).

O jovem branco de terno e gravata morreu. Uma possível leitura disso seria que a violência teria se extinguido. Essa possibilidade interpretativa é inconsistente, já que o personagem está relatando ao delegado o que aconteceu. É o próprio narrador quem sofreu uma violência moral, mas nem por isso ficou livre do poder e da repressão. O executivo faleceu, é certo, mas agora se tem o delegado como símbolo do Estado que se coloca diante o negro. Portanto, do moço na fila do banco para o delegado, têm-se 1) as diferentes formas por meio das quais a violência se manifesta e 2) o regime contínuo de abuso de poder.

Os contos analisados contribuem para uma análise da realidade social bem como servem para avaliar o papel da literatura quando a questão diz respeito aos direitos humanos. Em particular aos negros, os textos de Cuti levam à reflexão de que o branco é transmissor de ideologias que se articulam em torno da noção de desprezo, preconceitos e estereótipos. Disso tudo resulta um conflito entre os dois polos. Os valores dos negros são geralmente rebatidos pela ideologia dos brancos, e aqueles acabam aceitando os valores dominantes elaborados por estes. Os negros, nesse sentido, são sempre destacados pelas suas características ou condutas negativas: são pobres, marginalizados, recebem a pecha de ladrões, bandidos ou mesmo assassinos. Esses traços definidores dos pretos não são recentes, mas remontam à própria história, a história de violência e silenciamento a que foram submetidos. Portanto, Cuti, ao tentar recuperar a história de um povo, exige que se revise o passado e as estruturas do presente, para a projeção de um futuro novo.

## REFERÊNCIAS

BERND, Zilá. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERND, Zilá. **Poesia negra brasileira**: antologia. Porto Alegre: AGE, IEL, Igel, 1992.

BOSI, Alfredo. Poesia *versus* racismo. In: \_\_\_\_\_. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 163-185.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Trad. Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

PENA, Sérgio; BIRCHAL, Telma. A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? **Revista USP**, São Paulo, n. 68. p. 10-21, dez./fev., 2005-2006.

PEREIRA, João Baptista Borges; Fernandes, Florestan; Nogueira, Oracy. A questão racial brasileira vista por três professores. **Revista USP**, São Paulo, n. 68. p. 168-179, dez./fev., 2005-2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, São Paulo, n. 9. p. 45-57, mar./maio, 1991.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luís (Org.). **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-92.

SEGATTO, José Antonio. Cidadania de ficção. In: SEGATTO, José Antonio; BALDAN, Ude (Orgs.). **Sociedade e literatura no Brasil**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 201-221.

SILVA, Luís. **Negros em contos**. Belo Horizonte: Mazza, 1996.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1956.

